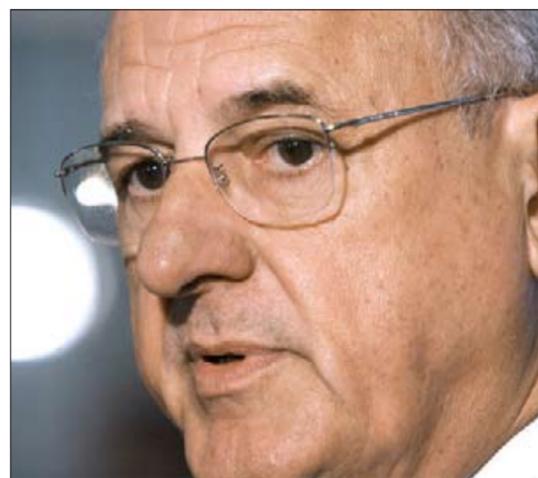


## Controverso, plano de direitos humanos ganha terceira versão

Texto do novo decreto do presidente Lula não menciona possível investigação sobre atos da “repressão política”

A polêmica em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que opôs os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, será um dos principais assuntos em debate no Congresso Nacional em 2010. Foi assinado na última quarta-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, novo decreto presidencial que cria um grupo de trabalho destinado a elaborar o projeto de lei instituindo a Comissão da Verdade, um dos pontos do plano. O novo texto não contém a expressão “repressão política” nem especifica se poderiam ser investigadas pela comissão violações de direitos humanos praticadas pelos militares ou por militantes de esquerda no período da ditadura militar.



Ministros Vannuchi e Jobim protagonizaram polêmica que forçou o presidente Lula a alterar a proposta do governo

PARA O SENADOR Cristovam Buarque (PDT-DF), “o documento é extremamente positivo do ponto de vista da intenção, mas peca pela forma como foi elaborado”. Segundo ele, alguns temas não deveriam ter sido incluídos no programa, como é o caso dos conflitos de terras e do monitoramento dos veículos de comunicação.

Além disso, Cristovam – que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado – avaliou que falta ao documento uma ênfase muito maior em assuntos como o acesso universal e gratuito à saúde e a erradicação do analfabetismo.

– Um país com 14 milhões de analfabetos não tem direitos humanos – ressaltou ele.

Sobre a polêmica envolvendo os dois ministros – Jobim e Van-

nuchi teriam ameaçado pedir demissão por causa da inclusão ou não da Comissão Nacional da Verdade no decreto –, Cristovam declarou que a criação da comissão é “corretíssima”. Ele argumentou que não se pode esconder do país o que aconteceu nos chamados “anos de chumbo”, tanto no que se refere aos atos cometidos pela ditadura (1964-1985) quanto por aqueles que lutaram contra ela.

– Mas punir os que cometeram crimes, como é o caso dos torturadores, é um problema político, e não de direitos humanos. E não tenho certeza se vale a pena punir agora, após 40 anos – afirmou o senador.

### Homossexuais

Segundo Cristovam, o programa “abordou coisas demais e perdeu o foco, misturando

direitos humanos com direitos civis”. Como exemplo, ele citou o item que trata do casamento homossexual (o documento prevê o apoio a projeto de lei sobre esse assunto). O senador frisou que é totalmente favorável à união civil de pessoas do mesmo sexo, mas observou que isso é um direito humano, enquanto a legalização disso não é um direito humano e deve ser tratada em outro âmbito.

Para Cristovam, o mesmo problema ocorre quanto aos conflitos de terra. Ele lembrou que o direito à propriedade é um direito civil, mas quando se propõe que a ocupação de terras não seja um assunto da Justiça, e sim de um conselho que, em nome dos direitos humanos, avaliará se a invasão é ética ou não, transforma-se uma questão legal em ética e de direitos

humanos”.

– Esse tema não deveria ter entrado no programa, a não ser que não existisse mais a propriedade privada da terra. Goste-se ou não, é preciso respeitar o direito legal – avaliou o senador.

### Imprensa

Cristovam também criticou a proposta de monitoramento dos veículos de comunicação.

– Se alguém se sente ofendido pelo mau uso da imprensa, o que ocorre quase todos os dias, deve recorrer à Justiça – defendeu.

Já sobre o aborto (*leia o texto abaixo*), o senador afirmou que, devido à ausência de consenso na sociedade, “o assunto ainda não está maduro o suficiente para ser considerado um direito humano. Cristovam ressaltou, no entanto, que é um direito civil evitar que mulheres con-



Para Cristovam, projeto peca por incluir temas que fogem ao seu objeto

tinuem morrendo devido à criminalização do aborto, que as impede de recorrer ao sistema médico; mas, para isso, basta uma lei que defina critérios que permitam o aborto em casos específicos.

## Incluída no pacote, legalização do aborto entra na pauta legislativa do ano

Uma das propostas do pacote de direitos humanos que deve gerar muita controvérsia no Senado é a que legaliza o aborto. A Igreja Católica é contra e o presidente Lula disse que sabe disso e compartilha da mesma postura, mas não cabe a ele proibir a sociedade de se manifestar a respeito. Para Lula, são as posições antagônicas que permitem construir o caminho do equilíbrio.

O tema não é novidade para os senadores. Nos últimos cinco anos, o aborto tem sido discutido e várias formas de tratar a prática têm gerado propostas. Tramitam atualmente três projetos de lei que permitem o aborto em casos específicos – PLSs 183/04, 227/04 e 312/04. Também há o projeto de decreto legislativo (PDL 1.494/04) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que prevê a realização de plebiscito sobre seis temas, entre eles, a legalização do aborto.

Em maio do ano passado, o ministro da Saúde, José Gomes Tem-



Geraldo Mesquita Júnior defende a necessidade de enfrentar o tema

porão, disse em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que o aborto é uma questão de saúde pública e quem duvida disso “está delirando” ou tem algum “problema mental”. Logo após a audiência, respondendo questionamentos sobre a posição da Igreja Católica, que se coloca contra a realização de um plebiscito sobre o assunto, o ministro disse: “Não se pode prescrever dogmas de determinada religião



Contra o aborto, Tião Viana quer esforço para evitar gravidez indesejada

para a sociedade inteira”.

As declarações do ministro foram prontamente rechaçadas por movimentos contrários ao aborto e pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, do Congresso Nacional, que pediu ao presidente Lula para censurar José Gomes Temporão. Nas semanas seguintes, a imprensa divulgou que Lula, apesar da posição pessoal contrária ao aborto, não pretende se envolver no assunto.

Por ocasião da visita do papa Bento XVI ao Brasil, Temporão anunciou que, seguindo orientação de “forças superiores”, faria silêncio sobre o assunto.

### Polêmica

No entanto, o ministro recebeu a solidariedade de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que destacou o papel de Temporão como principal fiscal da saúde pública. O senador elogiou a coragem do ministro de enfrentar a questão do aborto – um tema, em sua opinião, espinhoso, do qual muita gente foge. Ele ainda lembrou que a população mais pobre não tem acesso ao controle da natalidade, não dispõe de informação sobre o assunto e, tampouco, dos meios para planejar sua família.

– Milhares de mulheres são submetidas a práticas que mutilam, portanto é imperativo que a sociedade se preocupe com o assunto, sem hipocrisia, sem subterfúgios – ressaltou.

Para se contrapor aos que de-

fendem a legalização do aborto, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, que já realizou o 1º Encontro Brasileiro de Legisladores e Governantes pela Vida. O Congresso Nacional foi palco de protestos contra a prática do aborto em qualquer circunstância. Em agosto do ano passado, cerca de 5 mil pessoas – de acordo com a Polícia Militar – reuniram-se em frente ao Congresso para protestar contra as iniciativas de legalização do aborto.

Católico praticante e contrário ao aborto, o senador e médico Tião Viana (PT-AC) entende que já é hora de o Brasil organizar uma força-tarefa para evitar a gravidez indesejada, cuja interrupção é a quarta causa de óbito entre as mulheres no Brasil. Ele foi questionado sobre críticas do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Geraldo Lyrio Rocha, às declarações do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, favoráveis ao aborto.



Para Arthur Virgílio, a população tem o direito de saber quem usa os veículos

## Projeto veda película em carros oficiais

Está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que proíbe a utilização de películas ou outros dispositivos destinados a reduzir ou bloquear a transmissão de luz de dentro para fora de veículos oficiais.

Para ele, o bloqueio visual do interior desses carros pode servir para acobertar utilizações censuráveis, como o transporte de pessoas estranhas ao serviço público e até de animais de estimação.

– Nossa intenção é claramente moralizadora, pois a população tem o direito de saber quem e de que maneira utiliza os veículos oficiais, que são custeados com os recursos dos seus impostos – declarou na justificativa.

Proposta que aguarda votação em Plenário busca reduzir impunidade de agentes públicos ao acelerar julgamento de acusados de enriquecimento ilícito e corrupção

# Prioridade a processos por improbidade administrativa

OS PROCESSOS JUDICIAIS por improbidade administrativa terão prioridade sobre todos os demais, podendo correr, inclusive, durante férias e recessos, ou até mesmo iniciar-se nessas épocas. É o que prevê o PLC 97/02, que aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário a partir de fevereiro.

A proposta modifica a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), que prevê punições a agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

Relatada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a iniciativa foi aprovada em julho de 2009.

A autora, então deputada

lara Bernardi, argumenta que a lei perde sua vocação repressiva e intimidatória por causa da demora na tramitação dos processos judiciais, facilitando assim a atuação de “agentes públicos inescrupulosos que agem à sombra da impunidade que vislumbram”.

Se aprovada pelo Plenário sem modificações, a matéria seguirá para sanção presidencial.

### Punição mais rápida

No Senado tramitam ainda outras propostas que tratam de improbidade administrativa. Veja alguns exemplos:

\* **PEC 33/06**, de autoria da CPI dos Correios. Determina que os tribunais regionais federais (TRFs) constituam câmaras e varas com competência exclusiva para o julgamento dos crimes contra a administração pública e o sistema financei-

ro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores, e das ações de improbidade administrativa. A proposta aguarda votação em Plenário.

\* **PEC 40/06**, também da CPI dos Correios. Determina que os atos de improbidade causem a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. A matéria aguarda relatório de Marina Silva (PV-AC) na CCJ.

\* **PLS 319/07**, do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Aumenta de cinco para 16 anos o prazo de prescrição da ação de improbidade administrativa. A matéria aguarda votação na CCJ.

\* **PLS 353/05**, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Pretende acelerar o processo por improbidade. A matéria aguarda análise da CCJ.



Paim quer incluir a Caatinga, o Cerrado e os Campos Sulinos

## Proposta de Paim amplia lista de biomas brasileiros

Por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 5/09), o senador Paulo Paim (PT-RS) quer substituir a lista de biomas que são patrimônio nacional, que hoje tem: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira. Paim quer que Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Costeiro, Caatinga, Pantanal e Campos Sulinos compo- nam essa classificação.

A mudança reproduz o Mapa de Biomas do Brasil, definido pelo Ibama e que é referência para políticas públicas e para o acompanhamento, pela sociedade, da proteção ambiental.

Paim reconhece que os constituintes asseguraram a preservação dos recursos naturais que integravam, na época, os biomas brasileiros. Mas ressalva que, só em 2003, após três anos de estudos sobre a representatividade ecológica nos biomas brasileiros, foram definidos tecnicamente os sete biomas.

– A proposta aprimora o texto e faz justiça aos biomas que não estão na Constituição. Hoje, a Caatinga, os Campos Sulinos, e o Cerrado não estão protegidos pelo texto constitucional.

## Heráclito presta solidariedade aos militares mortos

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), enviou na sexta-feira cartas ao comandante do Exército, general Enzo Peri, e ao comandante do batalhão brasileiro no Haiti, coronel Ajax Porto Pinheiro, expressando sua solidariedade às vítimas da tragédia que ceifou vidas no Haiti.

No terremoto, morreram militares brasileiros que integravam a Missão das Nações Unidas (ONU) para a Estabilização do Haiti (Minustah) e a criadora da Pastoral da Criança, a médica pediatra Zilda Arns.



Proposta de Paulo Duque atinge os contratos de locação residencial

## Paulo Duque quer contratos de aluguel sem fiador

Aguarda análise na Comissão de Meio Ambiente (CMA) proposta de Paulo Duque (PMDB-RJ) que visa acabar com a exigência de fiador em contratos de aluguel residencial. A hipótese ficaria mantida apenas nas locações comerciais ou bancárias.

Pelo texto (PLS 199/07), o locador poderá exigir apenas caução, seguro-fiança ou cessão fiduciária de cotas de investimento.

– É comum que o locatário se veja na situação constrangedora de não ter com quem contar para ser seu fiador, o que traz incontáveis embaraços – diz o senador.



O corpo da fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, vítima do terremoto que atingiu o Haiti na última terça-feira, chegou ao Brasil na madrugada de sexta-feira e foi velado em Curitiba, no Palácio das Araucárias, sede do governo estadual do Paraná.

O enterro estava previsto para a tarde de sábado no Cemitério da Água Verde,

após a celebração de uma missa de corpo presente.

Sobrinho de Zilda Arns, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) relatou o que viu em Porto Príncipe, capital do Haiti.

– Não há condições mínimas. É inacreditável. Há mortos espalhados pelas ruas. Falta comida, água, médicos e suprimentos básicos. As crianças choram nas ruas,

pedindo ajuda – lamentou.

Antes do embarque para o Brasil num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), Flávio Arns e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, participaram de oração conduzida pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa, diante do caixão em que foi transportado o corpo de Zilda Arns.

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4º Secretário:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral:** Haroldo Feitosa Tajra  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
**Edição:** Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva  
**Revisão:** André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920